



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681973 - AC (2021/0229842-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : MARCIO ROGERIO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MÁRCIO ROGÉRIO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (Agravado em Execução Penal n. 0100308-11.2021.8.01.0000).

O paciente foi condenado à pena de 24 anos, 11 meses e 5 dias de reclusão pela prática dos crimes tipificados nos arts. 2º, § 2º, Lei 12850/13, 33, caput, da Lei n. 11343/06 e 155, § 4º, I, IV, do Código Penal.

Requer o recálculo das penas nos termos da novel Lei n. 13.964/19 (40% no que tange ao delito hediondo), uma vez que se trata de réu reincidente não específico em crime hediondo, o pedido foi indeferido pelo magistrado de primeiro grau e pelo Tribunal de origem, que negou provimento ao agravo em execução penal interposto pela defesa.

Defende que, no caso, deve-se aplicar o percentual de 40% da pena para progressão de regime, quanto ao delito hediondo ou equiparado praticado ao réu reincidente não específico em crimes dessa natureza, tendo em vista a nova redação do art. 112 da Lei de Execução Penal, introduzida pela Lei n. 13.964/2019, por interpretação *in bonam partem*.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação do percentual de 40% para a progressão de regime prisional, desde o início de cumprimento, nos moldes do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pedido de liminar tem plausibilidade jurídica.

Com o advento da Lei n. 13.964/2019, o sistema progressivo de regime prisional passou a ter critérios diferenciados, sobretudo no que concerne ao requisito objetivo, acabando por criar uma lacuna legislativa onde estão inseridos os condenados pela prática de crime hediondo ou equiparado, mas reincidentes em crime comum, situação que exige do intérprete a utilização dos meios de integração da norma, de forma a resolver a controvérsia de maneira mais favorável ao sentenciado.

Nesse sentido, esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, tratando-se de condenado não reincidente específico na prática de crime hediondo ou equiparado, o cálculo para a progressão de regime deverá observar o cumprimento do percentual previsto no art. 112, inciso V, da Lei de Execuções Penais, ou seja, 40% da pena a ser cumprida.

A propósito, cito precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. AGENTE QUE CUMPRE PENA PELA PRÁTICA DE CRIME HEDIONDO OU EQUIPARADO. PROGRESSÃO DE REGIME. REINCIDENTE POR CRIME COMUM. REQUISITO OBJETIVO. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 40% DO CUMPRIMENTO DA PENA PARA OBTER O BENEFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior pacificou o entendimento de que o apenado que cumpre reprimenda por ter praticado crime hediondo ou equiparado somente deve adimplir 60% (sessenta por cento) da pena para requerer a progressão de regime caso a reincidência decorra de crime hediondo ou equiparado.

2. No caso o sentenciado não é reincidente específico em crime hediondo ou equiparado e, desta forma, o requisito objetivo para o requerimento do referido benefício é o adimplemento de 40% (quarenta por cento) da pena.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 657.245/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 24/5/2021.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. ART. 112 DA LEI N. 7.210/1984, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI N. 13.964/2019. REQUISITO OBJETIVO. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DO CÁLCULO DE PENAS, COM A APLICAÇÃO DO PRAZO DE 40% (QUARENTA POR CENTO) DA PENA. PROCEDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Os arts. 64, inciso III, e 202, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do Relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de habeas corpus e de recurso em habeas corpus, a pretensão que se conforma ou contraria a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores. Precedentes.

2. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.910.240/MG, publicado em 31/05/2021, da Relatoria do Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, firmou a tese de que: "É reconhecida a retroatividade do patamar estabelecido no art. 112, V, da

Lei n. 13.964/2019, àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante."

3. Assim, não há como se aplicar a fração de 3/5 (três quintos), correspondente a 60% (sessenta por cento), para a progressão de regime para o condenado pela prática de crime hediondo, mas reincidente em crime comum, tendo em vista que, de acordo com a literalidade do inciso VII do art. 112 da Lei de Execução Penal, tal fração somente é aplicável a agentes que sejam reincidentes na prática de crime hediondo ou equiparado, o que não corresponde à situação dos autos.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 670.025/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 21/6/2021.)

Esse posicionamento foi referendado pela Terceira Seção, em 26/5/2021, no julgamento do REsp n. 1.910.240/MG, afetado como recurso representativo da controvérsia, ocasião em que se fixou a seguinte tese: "É reconhecida a retroatividade do patamar estabelecido no art. 112, V, da Lei n. 13.964/2019 àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante." (Relator Ministro Rogério Schietti Cruz, DJe de 31/5/2021.)

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para determinar a análise de eventual pedido de progressão de regime em favor do paciente, observando, quanto ao requisito objetivo, o cumprimento da fração de 40% da pena privativa de liberdade que lhe foi imposta (art. 112, V, da Lei de Execução Penal, alterado pela Lei n. 13.964, de 2019).

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência